



APP-Sindicato busca apoio parlamentar para reverter punição à professores(as) e pedagogos(as)

Representantes da categoria se reúnem com deputado Hussein Bakri e integrantes da Seed para cobrar jornada de trabalho em hora-aula

Para os(as) pedagogos(as) a conquista veio em 2004: ter o trabalho equiparado à função do(a) professor(a) e, portanto, com a jornada de trabalho baseada na contagem em hora-aula, conforme assegurado por lei. No entanto, este ano, o governo do Estado decidiu ignorar o direito adquirido e alterou o tempo de permanência do pedagogo(a) na escola. A carga estendida não tem contrapartida financeira, pelo contrário, em muito se assemelha à medida punitiva do governo Beto Richa (PSDB) quando retirou parte da hora-atividade dos(as) professores(as), aumentando assim a sobrecarga de trabalho.

Por isso, a APP-Sindicato vem reivindicando publicamente que o direito da categoria a contagem de trabalho em hora-aula - que já é assegurado por lei - seja cumprido no Paraná. Hoje (19),

um ato público em frente ao Palácio Iguçu denuncia a sobrecarga de trabalho de professores(as) e pedagogos(as) nas escolas da rede estadual. O deputado líder do governo na Assembleia, Hussein Bakri, mediou uma mesa de negociação entre o Sindicato e representantes da Secretaria de Educação afim de resolver a questão.

Em defesa da categoria, além da Legislação, o Sindicato levou casos de professoras e pedagogas que estão no ápice da exaustão física e mental e alertou o impacto dessas medidas na escola. “Lamentamos profundamente que a organização pedagógica passe por esse viés de punições e retirada de direitos históricos. Pedimos que o governo cumpra a lei e que retome a compressão que já havia na organização escolar até pouco tempo atrás.”, solicitou o presidente da APP.

A secretária de Finanças da APP alerta que foi retirada a autonomia de organização das escolas. “A medida não tem impacto financeiro e não aumenta o número de pedagogos na escola. Ela desorganiza e sobrecarrega quem já está fazendo o seu trabalho”, salienta ao men-



cionar a carga adicional na jornada das pedagogas. APP reivindicou o apoio do deputado junto ao Legislativo para retornar a jornada desses profissionais para a contagem em hora-aula

“Na hora em que eu digo que o pedagogo terá uma jornada maior que a do professor em sala eu descumpro a lei. Uma lei que na época foi aprovada por unanimidade nesta assembleia. Você aumenta um dia de trabalho e não remunera a mais. Isso é terrível para quem já está com seu salário congelado há mais de três anos”, defendeu o deputado estadual Professor Lemos. Enquanto a reunião acontecia, os demais representantes da categoria

dividiram-se pelos corredores e andares da Assembleia para entregar, de gabinete em gabinete, uma carta solicitando apoio aos(às) educadores(as).

O próximo passo - O líder do governo mostrou-se favorável à reivindicação da APP e reforçou que a política de diálogo e respeito deve ser mantida nesta gestão. O deputado afirmou que essa é uma decisão muito mais administrativa do que financeira e solicitou aos representantes da Seed que levassem ao secretário de Educação Renato Feder a proposta da APP.

Agora à tarde, a categoria segue em mobilização na Alep. Os(as) educadores(as) acompanharão a sessão par-

lamentar desta terça (19).

Participaram da reunião, pela Seed: Grazielle Andriola, chefe do Grupo de Recursos Humanos Setorial; Moacir Gomes da Silva, diretor geral; Raph Gomes Alves, superintendente; Henrique Di Luca assessor do gabinete do secretário. Os deputados estaduais Professor Lemos (PT) e Hussein Bakri (PSD). Representando a APP-Sindicato, Hermes Leão, presidente; Walkiria Mazeto, secretária de Finanças, Aline Carrissimi, coordenadora estadual do departamento de Pedagogas(os), Vanda do Pilar Santana, secretária geral e professoras, pedagogas e readaptadas de diferentes regiões do Paraná.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DAS/OS TRABALHADORAS/ES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RESERVA

O Presidente do Núcleo Sindical de Ponta Grossa da APP-SINDICATO, no uso de suas atribuições estatutárias, resolve convocar as/os trabalhadoras/es em Educação Pública da rede municipal de educação de Reserva para participarem da Assembleia Municipal Extraordinária, a ser realizada no dia 22/02/2019, às 17h (dezesete horas) em primeira convocação e às 17h30 (dezesete horas e trinta minutos), em segunda convocação, na Câmara Municipal, sito a Rua Generoso Marques, nº 1.035, no Município de Reserva/PR, a fim de deliberar acerca da seguinte pauta:

- 1) Informes;
- 2) Cobrança PSPN 2017,2018 e 2019;
- 3) Outros assuntos.

Tércio Alves do Nascimento
 Presidente do Núcleo Sindical de Ponta Grossa
 APP-Sindicato

ASSEMBLEIA MUNICIPAL ORDINÁRIA DAS/OS TRABALHADORAS/ES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TAPEJARA

O Presidente do Núcleo Sindical de Cianorte da APP-SINDICATO, no uso de suas atribuições estatutárias e de acordo com o Regimento de Eleição das Direções Municipais resolve convocar as/os trabalhadoras/es em educação pública da rede municipal de educação de Tapejara, para participarem da Assembleia Municipal Ordinária para a eleição da Direção Municipal, a ser realizada no dia 26/02/2019, às 17h (dezesete horas) em primeira convocação, e às 17h30min (dezesete horas e trinta e cinco minutos), em segunda convocação, nas dependências do Centro de Evangelização, localizado/a na Rua sito a Rua Schmidt Vilela, S/N, Centro, no Município de Tapejara/PR, a fim de deliberar acerca da seguinte pauta:

- 1) Constituição da Direção Municipal;
- 2) Aprovação do Regimento Específico de Funcionamento da Direção Municipal;
- 3) Eleição das/os integrantes da Direção Municipal.

Marcos Alberto de Lima Fernandes
 Presidente do Núcleo Sindical de Cianorte.
 APP-Sindicato

